

Opções da Estabilidade

A prioridade oficial dada à divulgação das "boas notícias" da moratória pode incidir no erro de se gerar no país uma euforia da dívida, tão enganosa como a euforia do cruzado. A solidariedade de parceiros comerciais petroleiros como o Irã, o Iraque, a Nigéria, o Kuwait e a China ou o coro de aplausos emocionais da América Latina não devem iludir o governo.

O que mais convém ao país neste momento é estabelecer com governos e bancos credores bases de sólido entendimento. O objetivo primordial deve ser afastar a desconfiança causada pelo ato unilateral de suspensão do pagamento dos juros, e expor francamente as necessidades que o governo considera mais relevantes no quadro de uma negociação crítica.

O Ministro da Fazenda, nos encontros com Paul Volcker e James Baker, terá tido uma exata medida da disposição dos governos credores para a compreensão dos problemas brasileiros. Ela existia formalmente antes da moratória e se mantém inalterável, embora o impacto provocado pela medida. Os grandes bancos demonstram isso na prática ao confirmar as linhas de crédito de curto prazo, não obstante o congelamento de US\$ 15 bilhões de juros determinado pelo telex do Banco Central.

Já se notam algumas reações contrárias como a de bancos menores, em praças norte-americanas e européias, que se recusam a renovar créditos. Não são casos isolados, ainda que não indiquem perdas substanciais. Nem por isso podem ser ignorados, ainda mais porque refletem de alguma forma uma zona de vulnerabilidade brasileira no exterior.

Não é o confronto, portanto, que interessa a ambas as partes, e muito menos ao país. O governo só terá êxito se convencer agora governos e bancos credores que a sua posição com a moratória se esgota nos limites do pragmatismo, permanecendo à margem das manipulações ideológicas. Conciliando, assim, um imperativo de sobrevivência e não uma convergência de formulações demagógicas.

O que o governo teve e perdeu, a confiança, não se recupera com a euforia, que é um sentimento de fácil dissipação como demonstraram o cruzado e seus fiscais. Ao contrário, suspendendo o pagamento do serviço da dívida por prazo indeterminado, obriga-se o governo a ações firmes e coerentes, claras e construtivas, suscetíveis de inspirar respeito mesmo aos que divergem dos métodos utilizados.

Externamente, o governo deve dar sinais convincentes de que está apto a realizar reformas tão austeras quanto oportunas, e que internamente se traduzam numa administração eficiente da economia. Gestos dramáticos ou heróicos não constituem balizas

adequadas para resolver crises como a que vivemos. O ônus da dívida não será removido por meio de retóricas chauvinistas.

Como minimizar o problema da moratória se bens e dinheiro de propriedade brasileira no exterior, de empresas privadas, de empresas estatais ou nossas reservas de ouro depositadas em bancos americanos e europeus não se acham livres de confisco? Quando se procura uma base de opinião para sacramentar a moratória, é indispensável que não se perca de vista a dimensão exata em que ela se situa.

O Presidente Sarney tende agora a compreender melhor os efeitos da decisão que tomou, reconhecendo que terá de pagar um preço político muito alto para corrigir a economia. Mostra-se preparado para enfrentar uma impopularidade que contrasta com a sedução por esquemas popularescos que não se conformam com a vocação política e ética do país.

No encontro reservado que manteve no Palácio do Planalto com os comunicadores oficiais, o Presidente se mostrou disposto a ministrar remédios amargos, "com dureza". Tem razão quando compara a situação do Brasil a uma represa de águas turbulentas que deve abrir suas comportas, mas de modo a não inundar tudo. "Temos que ter o controle das comportas", afirmou o Presidente, declarando-se convencido de que pior do que ser impopular é "tratar a doença grave com soluções demagógicas".

Não é outro o sentimento que a nação denota, consciente de que além do ajuste que o governo procura fazer com nossos credores externos, são providências internas vitais para manter o ritmo do crescimento e assegurar a prosperidade nacional as que se afiguram mais urgentes. Chegamos ao patamar de oitava potência ocidental, e para mantê-lo e ultrapassá-lo o Brasil terá de se compor com os seus credores.

A reindexação da economia, com a volta da correção um ano depois do plano cruzado, é saudável na medida em que devolve a liberdade ao mercado para praticar reajustes conforme a realidade do momento. A queda dos juros joga para baixo a inflação e, quanto mais o faça, nos afasta da ameaça de recessão. A contenção da insolvência dos bancos estaduais, o fim dos subsídios e o controle rigoroso dos gastos públicos podem de fato se incluir na conta política do governo Sarney, mas esta é a alternativa para estabilizar a economia.

A mudança que a sociedade quer não dissocia a austeridade e nem a ousadia para contestar padrões políticos e administrativos comprometidos pelo populismo.